



PERNAMBUCO

Recife sanciona “Protocolo Violeta”, lei de segurança das mulheres em espaços de lazer noturnos

Estabelecimentos vão precisar promover formação aos funcionários sobre como proceder em casos de violência e importunação sexual



Projeto de Lei do Protocolo Violeta é aprovado no Recife - Foto: Caroline Bezerra

Foi sancionada no Recife, nessa quarta-feira (17), o Projeto de Lei do Protocolo Violeta (PLO 106/2021), que busca promover mais segurança e acolhimento às mulheres, por meio de uma rede de combate à importunação sexual e violência nos espaços de lazer noturnos.

Estabelecimentos da capital pernambucana

vão precisar promover formação aos funcionários sobre como proceder em casos de violência e importunação sexual, além de formação sobre igualdade de gênero e respeito à diversidade.

Bares, restaurantes ou boates também deverão garantir o distanciamento entre

a vítima e o agressor, removendo ele do estabelecimento caso necessário. O registro de vídeos captados por câmeras de segurança, de acordo com o protocolo, será armazenado pelo prazo mínimo de 180 dias após a ocorrência do caso.

Também serão afixados cartazes informando que o estabelecimento adere ao “Protocolo Violeta” e divulgando formas de pedir ajuda e denunciar a violência.

De autoria da vereadora Cida Pedrosa e da vereadora licenciada Andreza Romero, a lei foi assinada pela prefeita em exercício, Isabella de Roldão.

“É uma legislação linda e incrível que vai fortalecer a nossa política que visa o Recife como uma cidade não sexista até 2037, tendo como referência o nosso desafio Recife 500 anos. É um protocolo que garante que nós mulheres possamos estar em qualquer estabelecimento privado sem importunação. E caso haja qualquer tipo de violência, o estabelecimento precisa estar preparado para atender, dar apoio e proteger”, afirmou Isabella de Roldão.

De acordo com a vereadora Cida Pedrosa, a nova lei foi baseada no “Protocolo No Callem”, de Barcelona, na Espanha, que possibilitou a prisão do jogador brasileiro Daniel Alves por estupro.

“Essa inspiração vem no sentido de a gente poder ocupar melhor e não ser desrespeitada no espaço público. A lei vem para cobrir essa lacuna. A gente espera que os bares, restaurantes e similares assumam o protocolo e que a gente possa oferecer segurança às mulheres da cidade do Recife e fazer história”, afirmou Cida Pedrosa.

Para a vereadora licenciada Andreza Romero, o apoio dos bares e demais estabelecimentos é necessário para garantir a proteção das mulheres. “A gente ofereceu, em conjunto, o projeto do Protocolo Violeta para garantir proteção às mulheres, para que elas não sofram nos estabelecimentos importunação sexual e assédio sexual. A gente sabe que o índice é alarmante e os estabelecimentos precisam garantir essa proteção”, comentou a vereadora.

Fonte: FOLHA PE

Audiência pública na Assembleia Legislativa debate Estatuto do Trabalho nesta sexta

Audiência pública deve contar com a presença do relator do projeto, o senador Paulo Paim



“O novo Estatuto do Trabalho é pautado pela promoção dos direitos sociais”, afirma Paim -
Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

O Estatuto do Trabalho (SUG 12/2018), projeto de lei que tramita no Senado Federal sob a relatoria do senador Paulo Paim (PT-RS), será debatido em audiência pública, nesta sexta-feira (19), às 14h, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O evento é aberto a toda a comunidade e terá

transmissão pelo Youtube, da TV Assembleia, e redes sociais do senador.

Apelidada de nova CLT, a SUG 12/2018 visa garantir os direitos trabalhistas já consolidados, além de atualizar a legislação inserindo as novas formas de trabalho, tais como motoristas de aplicativo e entregadores de comida.

Com mais de 700 artigos, o texto regulamenta assuntos relacionados a inclusão social, autorregulação sindical, modernização do trabalho, salário mínimo mensal e jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Estarão presentes na audiência pública, além de Paim, deputados, representantes das centrais sindicais, sindicatos, a Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, membros da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e da OAB, entre outras autoridades, e público em geral.

A audiência pública é uma promoção dos deputados estaduais Adão Pretto Filho (PT) e Miguel Rossetto (PT), através da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e Participação Legislativa Popular.

A iniciativa se insere no ciclo de debates sobre o tema anunciado pelo senador Paim, com o objetivo de chegar a um texto que eleve as condições de vida do povo brasileiro, de crescimento e de desenvolvimento do país, tendo um relatório final equilibrado.

“O novo Estatuto do Trabalho é pautado pela promoção dos direitos sociais e, portanto,

das políticas humanitárias e das relações do trabalho, como forma de buscar a construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária e democrática, combatendo todas as formas de discriminação e preconceito, racismo, trabalho escravo e precarização do trabalho”, disse o senador em plenário ao falar sobre a realização das audiências.

Tramitação

A sugestão (SUG) — termo para ideia legislativa que se origina da sociedade — possui as associações Sinait, ALJT, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) como autores.

A apresentação do texto foi um dos objetivos da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (CDHET), criada na CDH em 2017 para reavaliar e propor alternativas à reforma trabalhista promovida pela Lei nº 13.467, de 2017. A reforma alterou regras relativas à remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, entre outros pontos.

A sugestão legislativa foi arquivada em dezembro de 2022 em virtude do encerramento da legislatura. Mas o requerimento de Paim, aprovado no Plenário em março, desarquivou o projeto, que continua tramitando na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Foto: Agência Senado

Fonte: Brasil de Fato RS

Movimento de Policiais Antirracistas nasce para “mudar a cultura” das forças de segurança



Servidores das forças de segurança do Rio Grande do Sul e de polícias federais que atuam no Estado lançaram no último sábado (13), na Esquina Democrática, no Centro de Porto Alegre, o Movimento de Policiais Antirracistas.

A iniciativa tem, em princípio, o objetivo de promover o diálogo sobre o racismo nas forças policiais e buscar que disciplinas que tratem do tema sejam introduzidas nos cursos de formação das corporações.

A ideia para o movimento surgiu do policial rodoviário federal Pedro Guimarães. Em conversa com o Sul21, ele destaca que já

percebia, do curso de formação ao dia a dia da corporação, uma banalização de práticas e falas racistas.

Contudo, ao tentar conversar sobre as questões raciais com colegas da PRF e de outras polícias, via que o tema era tratado como tabu.

Ele explica que a faísca para a iniciativa de criar um movimento antirracista foi a politização de sua corporação em torno da campanha presidencial de Jair Bolsonaro. Às vésperas da eleição, ele declarou nas redes sociais voto em Lula e, como consequência, teve aberto contra si um processo disciplinar.

“Ali, naquele momento, eu falei: cara, não tem mais como eu me esconder para militar. E aí eu comecei a articular mais forte o movimento”, conta. “Com a vitória do Lula, eu falei: Pô, agora é o momento, se a gente quer mudar as organizações policiais, para que o policial atue como um garantidor e um assegurador dos direitos humanos, o momento é agora.”

“Se a gente quiser modificar, se o governo quiser de fato mexer nesse vespeiro que são as forças policiais, a gente tem que se organizar agora e começar a tentar mexer na estrutura por dentro”, complementa.

Pedro entrou então em contato com alguns policiais que eram referências da luta antirracista em suas corporações. A partir desses contatos, formou-se o grupo de fundadores do movimento, que, além dele, inclui a policial penal Maria José Diniz, o comissário de polícia aposentado Luiz Felipe Teixeira e o tenente-coronel Dagoberto Albuquerque da Costa, da reserva da Brigada Militar.

Atual coordenador estadual do Movimento Negro Unificado, Luiz Felipe Teixeira pontua que já tinha ajudado a criar recentemente o Movimento de Policiais Antifascistas no Rio Grande do Sul, mas destaca que as duas iniciativas, apesar de terem pontos em comum, tem objetivos diferentes.

“Nos policiais antifascistas, a gente tem todo um leque em que a gente discute a mudança da estrutura do modelo de segurança e a estrutura do modelo das polícias: a questão da carreira única, a questão do ciclo completo de polícia, da militarização das polícias, a questão da descriminalização das drogas, questões mais gerais”, explica.

“No movimento antirracismo, o nosso foco

é discutir a questão do racismo estrutural e institucional, que está impregnado na sociedade por causa dos quase 400 anos de escravização do povo negro”, salienta.

“Então, a gente discute essa questão focada do racismo nas instituições, para que tanto as instituições, quanto seus servidores, enxerguem que a gente não fica isento a essa chaga do racismo e que nós, enquanto trabalhadores da segurança, também somos afetados por isso, da mesma forma que a nossa atuação afeta a sociedade”, diz.

Contudo, apesar de destacar que o foco não é discutir a estrutura da segurança pública no Estado, Luiz Felipe pontua que os temas têm uma interconexão natural. “Fatores como a militarização da polícia e a questão de a polícia ser dividida em duas castas — praças e oficiais, na Brigada Militar, agentes e delegados, na Polícia Civil — acabam afetando a questão do racismo. Mas esse não é o objetivo primeiro do movimento”, ressalta.

Assim como Luiz Felipe, Maria José também tem atuação no movimento antifascista e há anos já trabalhava entre os policiais penais — antigos agentes penitenciários — a necessidade de discussão das pautas raciais.

“Dentro do sistema prisional, eu sempre convivi com o resultado da sociedade. Eu sou mulher, sou negra, a gente vê a grande maioria de negros e negras dentro do sistema prisional, a gente vê esse olhar da segurança pública que criminaliza quem é negro e negra. Sendo bem sincera, muitas vezes me senti capitã do mato nesse meu trabalho, e isso já me levou a me organizar junto com os meus, com as pessoas que pensam da mesma forma, o que culminou nos policiais antirracismo”, diz.

Para Dagoberto, a posição antirracista deveria estar institucionalizada nas polícias. “Isso aí deveria ser uma obrigação funcional de todos os policiais, praticar o antirracismo, uma educação antirracista, promover letramento racial dos seus policiais. Isso não acontece e o objetivo desse movimento é justamente esse”, afirma.

Ele conta que, até entrar na reserva, em 2021, participou de iniciativas internas na Brigada Militar, ao lado de colegas como o tenente-coronel Maurício Flores, como a promoção de seis encontros da consciência negra.

“Nós mobilizamos algumas pessoas, mobilizamos algumas lideranças dentro da Brigada, mas nunca foi fácil. Os nossos eventos eram pouco prestigiados pela própria instituição, conseguíamos levar muito mais gente de fora do que pessoas de dentro da instituição, porque dentro da Brigada se acredita que não tenha racismo. Isso acontece porque o regulamento é o mesmo para as pessoas, a gente usa o mesmo uniforme, a gente tem praticamente a mesma conduta policial”.

Os fundadores do movimento destacam que, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a população negra é desproporcionalmente a que mais morre em ações policiais e, ao mesmo tempo, os policiais negros são aqueles que mais morrem no exercício da função.

“A gente tem que entender o porquê disso. Temos que entender o porquê do aprisionamento em massa da população negra. O Rio Grande do Sul, que é um estado colonizado por pessoas não negras, tem um sistema prisional com mais de 40% de negros, quando o último Censo do IBGE diz que nós somos 18% no Estado”, afirma Maria José. Também participaram da atividade os diretores do Simpa Jailson Bueno Prodes e Cuca Congo.

Momento político

Além de considerar a chegada de Lula como uma oportunidade para discutir o tema do racismo nas forças de segurança, Pedro pontua que a chegada de uma bancada negra à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul também propicia um ambiente favorável à discussão que o movimento quer fazer no Estado.

“Não é por acaso que o Rio Grande do Sul tem o primeiro Movimento de Policiais Antirracistas e, pela primeira vez, a gente tem uma bancada negra atuante na Assembleia Legislativa. Então, eu fui me aproximando desses parlamentares e falando dessa pauta, falando que a gente tinha esse projeto e, assim, fui conseguindo a adesão de parlamentares. E aí a gente construiu a conversa com as demais forças policiais”.

O manifesto de fundação do movimento conta com assinatura, além dos membros fundadores, de quase 40 servidores das polícias Civil, Militar, Penal, Federal, Rodoviária Federal e do Corpo de Bombeiros Militar. Não apenas negros, pois, como dizem os fundadores, a luta antirracista também precisa de aliados entre a população branca.

Aos servidores, somam-se as assinaturas de sete deputados estaduais — Bruna Rodrigues (PCdoB), Laura Sito (PT), Matheus Gomes (PT), Jeferson Fernandes (PT), Leonel Radde (PT), Luciana Genro (PSOL) e Luiz Marengo (PDT) —, sete deputados federais — Daiana Santos (PCdoB), Denise Pessoa (PT), Reginete Bispo (PT), Fernanda Melchionna (PSOL), Marcon (PT), Maria do Rosário (PT) e Pompeo de Mattos (PT) — e da vereadora Fátima Maria, de Viamão.

O movimento está articulando o contato com o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, para estabelecer um canal de interlocução dentro do governo federal para tratar do tema do racismo nas forças policiais.

Pedro destaca que o movimento tem dois

objetivos iniciais a partir do lançamento no sábado: que as polícias promovam um debate interno com o objetivo de mudar a cultura de práticas racistas nas instituições e que a temática antirracista seja incluída nos cursos de formação.

“Para que a gente possa avançar nessa pauta, primeiro a instituição precisa se reconhecer como racista. Não pessoalizando, mas reconhecendo que possui práticas racistas decorrentes da própria estrutura da constituição das forças policiais, de controle da população negra na periferia, etc. A partir disso, implementar a mudança nos cursos de formação profissional e mesmo nas formações recorrentes que acontecem. Não adianta só a gente combater o racismo de fora. Claro que é importante fazer a denúncia, mas é fundamental, para que de fato ocorra a mudança nas instituições, essa formação policial com uma educação antirracista”, diz.

Dagoberto pontua que a mudança cultural exige um novo modelo e um novo olhar para o policiamento, o que depende de transformações que talvez possam ocorrer só a longo prazo. Contudo, a criação de disciplinas que tratem da temática nos cursos de formação poderia ser implementada para já.



Luiz Felipe Teixeira | Foto: Arquivo Pessoal

“Promover a educação através de cursos de formação e mudança de bases curriculares é uma coisa possível, exequível e que pode ser feita em curto prazo. Em agosto, nós vamos ter ingresso de policiais militares aqui no Rio Grande do Sul e isso já poderia ser uma pauta, poderia ter uma disciplina para tratar sobre o antirracismo. É uma coisa imediata e sem custo, porque já tem alguns policiais preparados para dar essa formação e tem outros profissionais de outros órgãos que poderiam dar essa contribuição, sem nenhum ônus”, afirma.

Luiz Felipe complementa que o objetivo do movimento é também promover o diálogo em duas frentes: com a sociedade, movimentos sociais e movimentos negros, e com as instituições policiais. Contudo, ele reconhece que há resistências para esse diálogo de ambas as partes.

“Com a sociedade, existe aquela desconfiança com as forças policiais, tanto por essa herança que a gente trouxe do regime militar, quanto da atualidade, onde os jovens negros são as maiores vítimas das ações policiais. E, internamente, a gente enfrenta a resistência de que as instituições não querem discutir essa questão porque é abrir as suas feridas. Toda vez que tu vai tratar uma ferida, ela é dolorida, mas a gente precisa fazer isso”, diz.

“A gente não quer prejudicar a polícia, não quer prejudicar nosso trabalho, pelo contrário, a gente quer que as instituições se fortaleçam e sejam reconhecidos pela sociedade. E também queremos conversar com outras instituições do sistema de justiça e segurança. Acho que a gente tem que dialogar com o Ministério Público, tem que dialogar também com o Poder Judiciário, porque tudo está envolvido no mesmo processo da segurança pública”, diz.

Confira aqui o manifesto de fundação do movimento

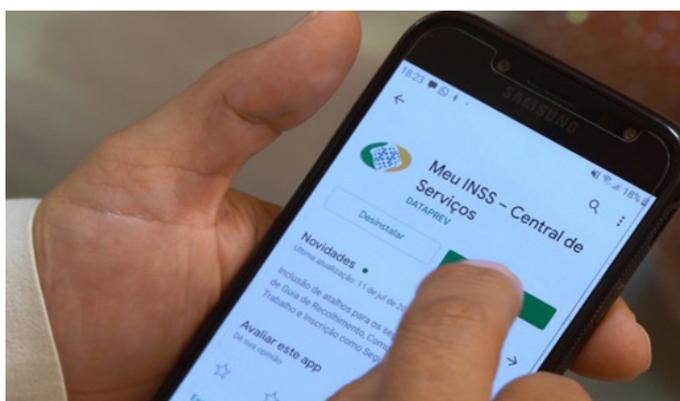
https://sul21.com.br/wp-content/uploads/2023/05/Policiais_Antirracistas.pdf

Foto de abertura: Divulgação

Fonte: Luiz Gomes – Sul21

Consulta à 1ª parcela do 13º de aposentados do INSS poderá feita a partir de domingo

Consulta poderá ser feita pelo aplicativo 'Meu INSS'. Antecipação do 13º salário foi anunciada no início do mês pelo governo federal e começa a ser paga no dia 15 de maio relacionadas às empresas em recuperação.



A partir do próximo domingo (21), aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já poderão consultar o valor dos benefícios a serem pagos a partir do dia 25 de maio, que serão acrescidos da 1ª parcela do 13º salário, antecipado pelo governo federal, por meio de decreto, anunciado no início deste mês. Os valores já vêm corrigidos de acordo com o novo salário mínimo, de R\$ 1.320,00.

As consultas aos benefícios podem ser feitas por meio do aplicativo Meu INSS, disponível para os sistemas Android e IOS ou pelo site Meu Inss.

Antecipação

O adiantamento do 13º salário será feito em duas parcelas. A 1ª começa a ser paga no dia 25/5, de acordo com o calendário de pagamentos do INSS. Ou seja, é paga junto com o benefício do segurado.

As datas de depósito do 13º salário antecipado variam conforme o valor da aposentadoria e o número final do benefício (NIS). Para a 1ª parcela o calendário vai de 25/5 a 7/6, e a 2ª parcela de 24/6 a 6/7.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Veja o calendário de pagamentos para maio e junho do INSS

Final do número do benefício	Data de pagamento maio	Data de pagamento junho
1	25/5	26/6
2	26/5	27/6
3	29/5	28/6
4	30/5	29/6
5	31/5	30/6
6	1º/6	3/7
7	2/6	4/7
8	5/6	5/7
9	6/6	6/7
0	7/6	7/7

Quem recebe a antecipação

De acordo com a Secretaria de Previdência, aposentados e pensionistas que passaram a receber o benefício depois de janeiro deste ano não receberão 50% do valor do benefício na primeira parcela. Neste caso, o valor será calculado proporcionalmente aos meses em que a pessoa recebe o benefício.

Já os segurados que recebem benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) também têm direito a uma parcela menor do que os 50%. Nesse caso, a antecipação é calculada de acordo com o tempo de duração do benefício.

Por lei, não têm direito ao 13º salário os segurados que recebem benefícios assistenciais.

Escrito por: Redação CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF